

**Centro de Ensino, Pesquisa, Extensão e Atendimento em
Educação Especial (Cepae) da Universidade Federal de
Uberlândia (UFU): (im)possibilidades de institucionalização e
atuação**

Márcia Guimarães de FREITAS*

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo problematizar a atuação do Centro de Estudos e Pesquisa em Atendimento Especializado, CEPAE/UFU, na constituição de políticas institucionais de inclusão de pessoas com deficiência dentro da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e de que maneira esse centro tem contribuído para a (re)construção de representações sobre a educação inclusiva nesta instituição. Para tanto, para realização desse estudo, foram utilizadas as articulações (proximidades e divergências) entre os autores Althusser e Foucault que analisam as diversas formas em que o poder se apresenta e se constitui determinando as relações que se estabelecem nas diversas instituições, dentre elas o CEPAE na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Palavras-Chave: Inclusão, Universidade Federal de Uberlândia, CEPAE.

Abstract: The present work had as objective to problematize the work of the Center for Studies and Research in Specialized Care, CEPAE / UFU, in the constitution of institutional policies for the inclusion of

* Mestre em educação. Universidade Federal de Uberlândia (UFU).
marcia.gdefreitas@yahoo.com.br

people with disabilities within the Federal University of Uberlândia (UFU) and in what way this center has contributed to the (re) construction of representations on inclusive education in this institution. In order to carry out this study, the articulations (proximities and divergences) between the authors Althusser and Foucault were analyzed, analyzing the different ways in which power is presented and constituted by determining the relations established in the various institutions, among them the CEPAE at the Federal University of Uberlândia (UFU).

Keywords: Inclusion, Federal University of Uberlândia, CEPAE.

1. INTRODUÇÃO

A Teoria Crítica, de acordo com Faria (2004, pag. 19), estuda e investiga “os mecanismos de controle desenvolvidos e utilizados pelas organizações capitalistas em um determinado contexto sócio-histórico, bem como seus significados e consequências objetivas e subjetivas, para os sujeitos que nelas trabalham”. Desse modo, a Teoria Crítica reflete sobre as práticas de controle e as relações de poder estabelecidas na sociedade em determinado período.

Nos estudos críticos, embora se tenha um objetivo comum, existem diversas maneiras, formas e pensamentos filosóficos que

servem de base para as análises das práticas de controle e relações de poder, não havendo entre os autores que realizam tais estudos, uma uniformidade de pensamento. Assim, pretendemos nesse breve estudo analisar as possíveis articulações (proximidades e divergências) entre Althusser e Foucault tendo em vista que para o desenvolvimento de uma tese, objetivo problematizar a atuação do Centro de Estudos e Pesquisa em Atendimento Especializado, CEPAE/UFU, na constituição de políticas institucionais de inclusão de pessoas com deficiência dentro da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e de que maneira tem contribuído para a (re)construção de representações sobre a educação inclusiva nesta instituição. Passemos, portanto, aos autores citados.

2. ALTHUSSER E FOUCAULT – IDEOLOGIA E PODER

O estruturalismo teve relevante influência na França, sendo que tanto Althusser quanto Foucault foram influenciados por ele por distintos entendimentos chegaram a relacionar o conhecimento com práticas institucionais e rejeitaram a centralidade do sujeito. Althusser promove uma interpretação estruturalista da obra de Marx, apontando os conceitos fundadores de sua ciência de “formações sociais”:

estrutura, superestrutura, relações de produção. Na teoria marxista, a estrutura de qualquer sociedade é constituída pela infraestrutura-base econômica de uma sociedade, ou seja, pela unidade das forças produtivas e das relações de produção e pela superestrutura formada pelos aspectos jurídico: direito e Estado; e o aspecto ideológico: ideologias religiosas, morais, políticas. Trabalha com a metáfora do edifício em que a base econômica de uma sociedade fundamenta e determina os outros andares que a compõe – a superestrutura. Assim, toda base econômica leva a condicionamentos, determinações e a composição da superestrutura com os vários aparelhos que compõe o Estado (AE). Para os autores que interpretam Marx, toda relação social se explica a partir da base econômica.

Althusser inverte esse princípio de que o econômico determina a superestrutura e as crenças ideológicas de uma sociedade, ou seja, para o autor, apenas provocar mudanças econômicas não causaria mudanças na superestrutura. O autor considera que para a produção sobreviver é necessário que ela faça a reprodução dos meios de produção que são formados pelas forças produtivas e pelas relações de produção existentes. A reprodução da força de trabalho se dá fora do local de trabalho, sendo o salário o meio material pelo qual ela se reproduz. O salário é indispensável para a restituição da força de

trabalho do assalariado que depende deste para sua subsistência. Entretanto, não basta somente que a força de trabalho se reproduza; ela necessita também de qualificação que ocorre por meio do sistema escolar capitalista.

Uma das grandes contribuições de Althusser se refere à distinção entre Aparelho de Estado, por meio da criação do conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), não abordada na obra de Marx. O autor separa aparelho de estado de poder de estado. O objeto de disputa é o poder de estado. O aparelho de estado pode continuar, mesmo que os operários atinjam o poder. Quem detém o poder de estado usa o aparelho de estado em benefício de sua classe.

Althusser considera a escola o AIE mais importante, por ser o mecanismo que reproduz as ideologias, as relações de produção, as formas de reprodução do capital, ao mesmo tempo em que passa uma imagem de neutralidade. Na escola, além dos conteúdos curriculares, “os operários” aprendem também as regras do bom comportamento, a serem submissos à ordem vigente e à ideologia dominante. Além da escola, a igreja bem como o exército são AIE que dominam não pelo uso da força, mas pelo uso da ideologia a fim de manter a classe dominante no poder.

Assim, para o autor, ideologia é o sistema das ideias e representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social. São ideias, na maioria das vezes, fictícias, a respeito de si e da realidade. Na ideologia, não é a realidade das relações que é apresentada, mas, as relações imaginárias dos indivíduos com as relações reais em que vivem. Para o autor, as ideologias falam de atos inseridos em práticas, sendo que essas práticas são reguladas por regras, normas as quais se relacionam no contexto da realidade material de um aparelho ideológico.

Já Foucault recusa a oposição entre ideologia e ciência e entre conhecimento e poder, considerando a questão do poder para além da esfera de dominação de classe e de dominação do estado. Foucault (1979: XI) não considera em suas análises “o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação”.

O poder não é uma substância, um fluido, um objeto, uma coisa ou uma propriedade de que alguns pudessem possuir, mas um conjunto de mecanismos e de procedimentos que tem como papel ou função e tema manter - mesmo que não o consigam - justamente o

poder. Para o autor, o poder é uma prática social constituída historicamente. Assim, o poder não é algo que se possa possuir e sim se possa exercer. Foucault não considera o Estado como fundamental para os estudos sobre o poder, mas existem formas de poder diferentes da forma de Estado que se articulam a esse Estado de diversas maneiras para sua sustentação e atuação.

O poder para Foucault é microfísico, não possui uma origem, uma verdade. Esse poder transita por toda sociedade de forma sutil e anônima e atinge a realidade concreta dos indivíduos – seu próprio corpo. Foucault diz que em lugar de estudar os efeitos do poder na consciência individual, devem ser estudados os efeitos do poder no corpo. Desse modo, ao contrário de Althusser, Foucault não acredita que o sujeito seja constituído pela ideologia. Para ele, o sujeito é moldado pelo poder através de seu corpo, e não através da consciência. Para o autor, "deveríamos tentar apreender a sujeição em sua instância material como uma constituição do sujeito" (1980, p. 97).

Portanto, para o autor, o poder é um exercício social que ocorre em níveis variados e pontos diferentes da rede social podendo atuar de maneira integrada ou não ao Estado. Foucault (1988) afirma também que o poder não pode ser definido como algo negativo, que

impõe sanções e castigos, mas ao contrário, o poder atua de forma mais positiva que negativa, objetivando produzir formas de vida, de constituição do homem. Ou seja, o poder não quer somente negar e proibir, mas produzir corpos dóceis e úteis para a sociedade; o poder não quer impedir que os homens exercitem suas atividades, mas sim gerir as atividades dos homens. O autor refuta a ideia de que o poder teria o papel de manter relações de produção e reproduzir uma dominação por apropriação das forças produtivas. Ainda, para Foucault a escola é a instituição mais produtiva na vigilância e controle dos indivíduos.

2.1 Im(possibilidades) de diálogo entre Althusser e Foucault

É possível estabelecer pontos de diálogo entre Althusser e Foucault tendo em vista que ambos não acreditam que o fator econômico seja a condição básica que determine o social (não trabalham com a ideia de que infraestrutura constitui e determine a superestrutura social); ambos acreditam na positividade do poder. No entanto, para que esta positividade se exerça e consiga diminuir possíveis resistências dos homens ao exercício do poder, o poder deve ser exercido de forma sutil, sendo que para Althusser essa sutileza se

mostra na ideologia e para Foucault a sutileza do exercício do poder se efetiva atuando no desejo, na condução da conduta dos sujeitos, produzindo indivíduos cada vez mais dóceis e úteis, sem que esses indivíduos percebam. E finalmente, ambos consideram a relevância da escola nesse exercício de poder: Althusser considerando a escola como o AIE reproduzindo a ideologia e Foucault considerando a escola como a instituição mais produtiva na vigilância e controle dos indivíduos.

Desse modo, podemos analisar estas teorias como uma questão de foco. Foucault foca nas relações subjetivas e discursivas entre os sujeitos e dos sentidos produzidos a partir de um lugar discursivo. Enquanto Althusser, foca nas relações das instituições e das formações discursivas na construção das relações sociais.

Na perspectiva destes autores, como poderíamos analisar o Cepae dentro da Universidade Federal de Uberlândia? A criação e existência deste centro aponta uma relação de poder (institucional e/ou pessoal) que vem sendo travada também fora dos muros das instituições escolares, mas que dentro deste espaço tem maior relevância: o marco simbólico de um apagamento ideológico histórico quanto a pessoas com necessidades especiais diversas. Mais que um

espaço físico, um órgão, se constitui como um lugar de forças em disputas que é reforçado pelo não lugar que ocupa dentro da estrutura.

A escola, encaminhando o projeto da modernidade, se mantém até os dias de hoje como instituição educacional fundamental, encarregada de ser a mediadora entre o indivíduo e aquilo que ele deve ser e conhecer. “Encarregada de humanizar e corrigir os indivíduos, a escola moderna investe na disciplina tendo a função de transformar a animalidade em humanidade e estimular as qualidades naturais da humanidade” (LOPES, FABRIS, 2013, p.36).

Ao abrir-se aos que eram marginalizados por questões físicas ou político-econômicas, a escola estabelece um panorama de controle muito refinado, movido por necessidades econômicas que, por exemplo, determinam ações em que não é mais produtivo que as pessoas com deficiência fiquem separadas ou enclausuradas, buscando a normalização de todos e de cada um. Nessa fase a escola possui papel fundamental, tendo como tarefa principal regular as condutas e os comportamentos para atingir o controle e evitar o risco social, como explica Veiga-Neto (2007, p. 70) “não é demais insistir que, mais que qualquer outra instituição, a escola encarregou-se de operar as individualizações disciplinares, engendrando novas subjetividades e, com isso, cumpriu um papel decisivo na constituição da sociedade

moderna”. Afinal, pode-se pensar que a institucionalização dos sistemas de ensino pretende a formação de tipos específicos de subjetividades, capazes de autogestão para a produção da sociedade capitalista e a formação de trabalhadores a partir de saberes nacionalmente instituídos a fim de evitar o risco social.

3. UFU e CEPAE: (Im)possibilidades de diálogo

Podemos entender as instituições escolares, entre elas a universidade, como um dos aparelhos ideológicos de Estado e nele podemos ver em funcionamento as ideologias governamentais. Neste espaço, podemos ver como as políticas para pessoas com deficiência funcionam ideologicamente e contribuem para uma falsa, ou insuficiente visibilidade social.

Lopes e Fabris (2013) afirmam que a escola é a instituição que mais tem se mostrado produtiva na vigilância e no controle dos indivíduos e na preparação de cada um para viver em sociedade. Pode-se, assim, pensar a escola dentro de uma relação permanente com os processos de inclusão e normalização cada vez mais atuais devido aos próprios movimentos sociais que, ao se resignificarem, atualizam o conceito e o estabelecimento da norma. E a norma aqui, refere-se ao

acesso de todos à escola. Nesse sentido, as leis (decretos, emendas constitucionais, normativas, pareceres) funcionam no processo de normalização, regulando essa prática. Com base nos estudos foucaultianos, entendemos o tema inclusão como uma estratégia, ou seja, como constituído de mecanismos utilizados nas relações de poder, com o objetivo de introduzir todos no jogo econômico; fazendo com que cada um se responsabilize por prover suas necessidades, suas aprendizagens. Trata-se de enxergar que a inclusão apresenta uma intencionalidade política de organização social, e foi se configurando mediante diferentes práticas sociais, como um modo de regular as condutas do sujeito para que ninguém se veja como dependente ou fique de fora dos jogos de mercado.

Na UFU, tendo em vista os objetivos e propostas desenvolvidas pelo Centro de Ensino, Pesquisa, Extensão e Atendimento em Educação Especial (Cepae) devemos levar em consideração a atuação desse centro em pesquisas relacionadas ao tema inclusão das pessoas com deficiência na instituição. Nessa perspectiva, tendo em vista que a inclusão tem uma intencionalidade política e social com o intuito de controlar os sujeitos para que se mantenham dentro da lógica de mercado, refletimos se o papel do Cepae contribui na formação desses estudantes para que busquem

autonomia. O Cepae contribuiu para a promoção, reflexão, conscientização desse grupo de estudantes atendidos ou reforça o que já está instituído pelo modelo de estado vigente do qual participa, “representa”?

Segundo informações disponibilizadas no site www.cepae.faced.ufu.br, o Cepae surgiu da necessidade de se implementar um espaço de discussões e reflexões sócio-político-educacionais no interior da UFU, que fomentasse a construção de novos conhecimentos e de novas alternativas de ação na área da Educação Especial. A opção pelo trabalho com a Educação Especial foi decorrente das dificuldades enfrentadas tanto por profissionais que nela atuam, quanto pela clientela por ela atendida.

O Cepae foi criado para constituir-se como um espaço democrático de discussão, reflexão, troca de experiências e debates teóricos e práticos, relacionado à Educação Especial, existente dentro da UFU; além de se constituir em um espaço de atendimento e promoção de pessoas com necessidades educacionais especiais. O Cepae seria também mais um polo dinamizador da produção científica em educação especial, tendo em vista que, de maneira geral, há baixos índices de produção científica nessa área e uma cobrança por parte de

instâncias de fomento e financiamento à pesquisa (CAPEs, CNPQ) do aumento de trabalhos publicados.

Na UFU, o Cepae, tem uma ampla área de atendimento quanto às demandas referentes às pessoas com deficiência e responde por essa área junto ao MEC/SECADI quanto aos projetos e as ações implementados visando à acessibilidade do estudante com deficiência na UFU, extensivo à formação continuada dos profissionais da rede pública de ensino.

Diante das ações e projetos desenvolvidos pelo Cepae, constata-se a sua relevância para o apoio aos estudantes com deficiência e também para a UFU alcançar as metas e as ações propostas pelo(s) Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão (PIDEs). Destaca-se que o Centro de Ensino, Pesquisa, Extensão e Atendimento em Educação Especial- Cepae/UFU existe na instituição desde 2003, no entanto, não foi regulamentado como órgão vinculado a nenhuma Pró-Reitoria, apesar de ficar de 2003 a 2009, alocado na Pró-reitoria de Graduação. De 2009 a 2015 ficou vinculado à Faculdade de Educação (FACED). A partir de setembro de 2015, foi vinculado por decisão administrativa à Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. No entanto, oficialmente, ainda continua vinculado à FACED até que se tenha um posicionamento do

CONSUN. Nestes seus doze anos de existência sempre funcionou como setor responsável pela acessibilidade em todos os sentidos na instituição. No entanto, não há nenhuma resolução que comprove a existência do Cepae, ou seja, institucionalmente esse centro de estudos não é reconhecido.

Outra realidade que demonstra o desinteresse da UFU pela inclusão é o fato de deixar a cargo do Cepae a responsabilidade pela acessibilidade, em todos os sentidos, sem ao menos dar um reconhecimento institucional nem oferecer condições para uma melhor atuação desse setor. Desta forma, a UFU se desobriga como instituição, resguardando-se pelas ações adotadas pelo Cepae; e ainda atribui, a esse setor, toda a responsabilidade por fracassos e morosidade na elaboração e formulação da política de acessibilidade.

4. Considerações Finais

Vimos que o conceito de in/exclusão encontra-se na realidade da UFU. Para o modelo de gestão capitalista, no qual a instituição está inserida e pelo qual é gerida, não é interessante manter a exclusão. Assim, a UFU passa a operar a partir de um modelo de estado que se propõe a transformar todos e qualquer um em sujeitos; não em sujeitos

de direito, mas em sujeitos de consumo, pois todos devem participar dos jogos de mercado. Para isso, a estratégia do dispositivo de seguridade utilizado é a inclusão. Ou seja, a ideia de inclusão, da qual se apropria o neoliberalismo nas sociedades contemporâneas, passa a ser um imperativo de estado que atua na transformação dos sujeitos em consumidores, não somente de mercadorias e bens físicos, mas em consumidores de bens subjetivos, de desejos.

Trazendo essa análise para a UFU, hoje, essa instituição está aberta para receber grupos anteriormente excluídos, como as pessoas com deficiência, através de estratégias e serviços que são oferecidos, tais como: adaptações das provas nos processos seletivos, intérpretes de libras, elevadores nos diversos blocos, entre outros. No entanto, a estratégia do dispositivo de seguridade, a inclusão, ao mesmo tempo em que representa um avanço na conquista de direitos, representa também uma armadilha, pois, do ponto de vista da formulação de políticas, ele continua alimentando a exclusão, dado que, enquanto houver necessidade de uma política de inclusão, há alguém que ficou de fora. Na UFU, a estratégia do dispositivo da seguridade, a inclusão inserida no PIDE faz gerar necessidade política e faz parecer que essa necessidade política é aceita e atende as necessidades das pessoas com deficiência; quando, em realidade, as políticas já existentes mobilizam

e reforçam o que se quer combater, que são os processos de discriminação, de preconceito e de exclusão.

Não se pode afirmar que nada foi feito pela inclusão na UFU, já que a instituição cumpriu algumas determinações legais como: disponibilização de intérpretes da língua de sinais, construção de rampas, instalação de elevadores, construção de algumas vias podotáteis, entre outras. Entretanto, muitos recursos oferecidos são precários, improvisados, como é o caso de rampas fora do padrão e de elevadores inacabados e/ou sem funcionamento. Os intérpretes da língua de sinais não são suficientes para atender todos os eventos e, por vezes, há esquecimento quanto ao agendamento desses serviços; provas são aplicadas em blocos que não possuem rampas, de forma que as pessoas com deficiência que utilizam cadeiras de rodas dependem da boa vontade de pessoas para carregá-las. Desde o ano de 2009, a política de assistência estudantil mereceu a atenção do CONSUN, mas sem contemplar especificamente o grupo dos estudantes com deficiência. Recentemente, conforme consta na Ata da 3ª Reunião/2016, realizada em 29 de abril de 2016, esse Conselho aprovou a criação da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil. Pelo que se pode depreender da leitura da referida ata, cogitou-se, inicialmente, que o Cepae seria abrigado por essa nova Pró-Reitoria. De fato, o

texto menciona que a Conselheira Adriana Cristina Omena dos Santos, Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação, “pediu informação sobre a utilização da verba que atende servidores e discentes, **passando o Cepae para a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil**” (grifo nosso). A conselheira manifestou algumas preocupações em relação à mudança do Cepae pela assistência que o setor presta não somente a estudantes, mas também a professores e técnicos administrativos. De acordo com o reitor, a inserção do Cepae na estrutura organizacional da UFU suscitava muitas dúvidas e algumas outras instituições resolveram esse assunto vinculando o setor diretamente à Reitoria.

Outros participantes manifestaram suas opiniões, sendo que o pró-reitor de planejamento mencionou que a Comissão do PIDE recebeu inúmeras propostas sobre o tema e que, no PIDE, constarão duas grandes metas: construção e elaboração de uma política que envolve esse tema, o que deverá redundar em uma apreciação nos Conselhos Superiores até 2017. Segundo ele, a necessidade é de definir uma política institucional para tratar desta questão em todas as suas vertentes; aplicação e execução daquelas ações apontadas na política institucional de inclusão. Ou seja, o PIDE propõe a construção

de uma política e execução de metas com verbas previstas no próprio PIDE.

Cabe lembrar que o PIDE, nas duas versões apresentadas, serviu como mero instrumento burocrático exigido pelo MEC e que não conseguiu impulsionar o avanço das metas propostas quanto à inclusão. Vemos agora que, embora se tenha cogitado que o Cepae passasse a fazer parte da PROAE, recebendo enfim o reconhecimento institucional, a ideia não se concretizou, ficando o problema mais uma vez adiado, ao ser retirado do âmbito decisório e transferido para as discussões do PIDE; com previsão de apreciação dos Conselhos até 2017. Sendo eventualmente aprovadas propostas, é preciso continuar aguardando para ver se serão implementadas ou se permanecerão apenas no papel. Visto desta forma, parece não haver urgência nenhuma quanto ao tema da inclusão na UFU. De fato, diante da possibilidade de institucionalização do Cepae pela via da PROAE, que estava sendo criada, surgiram divergências de opiniões, ou mesmo dúvidas, segundo palavras do reitor, o que foi suficiente para que a ideia fosse descartada.

Assim, acreditamos que o Cepae dentro da Universidade Federal de Uberlândia contribui de maneira relevante para a formação de estudantes com deficiência minimizando as possíveis barreiras que

se apresentam. A criação e existência deste centro aponta uma relação de poder que vem sendo travada também fora dos muros das instituições escolares, mas que dentro deste espaço tem maior relevância: o marco simbólico de um apagamento ideológico histórico quanto a pessoas com necessidades especiais diversas. Mais que um espaço físico, um órgão, se constitui como um lugar de forças em disputas que é reforçado pelo não lugar que ocupa dentro da estrutura.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Rio de Janeiro: Graal, 1985. (p. 53-107).

FARIA, J. H. **Economia política do poder**. 2004. Curitiba, Juruá, 3v.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Org. e Trad. Roberto Machado. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREITAS, Marcia Guimarães de. **Inclusão Educacional e o Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão (PIDE) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)**: interfaces de um processo político e educacional. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação. – 2016.

LOPES, M. C, FABRIS, E. H. **Inclusão & Educação**. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2013.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, set./dez. 2007.